

um custo para a população, pois um preso do IPCM representava um custo sete vezes maior que no continente, razão pela qual o presídio deveria ser implodido e seus presos transferidos para penitenciárias do Rio de Janeiro.

A idéia de implodir o presídio era bem antiga. O presídio sempre representou um impasse à administração do governador, que inúmeras vezes tentou destruí-lo mas sempre esbarrava em conflitos com os moradores, com a falta de espaço nas demais penitenciárias para onde os presos seriam enviados, dentre outros.

A fim de resolver a questão, a estratégia lançada foi iniciar um processo de sucateamento com diminuições de verbas e descaso com os problemas da prisão. Diversos diretores que eram nomeados elaboravam relatórios sobre o crescimento de facções organizadas dentro do presídio, mas eram ignorados. Os conflitos cresciam e cada vez mais a organização interna dos presos dificultava a administração da cadeia.

Com dificuldades na contenção dos conflitos que envolviam o presídio, somados a falta de infra-estrutura e verbas, e as péssimas repercussões que os jornais noticiavam sobre escândalos, fugas e desrespeitos aos direitos humanos, a solução encontrada foi a demolição do presídio (Jornal O Dia 26/01/1993). Por trás dessa ação, o governo desejava criar um pólo turístico na área aproveitando os atributos naturais da Ilha Grande, além do temor que com a presença do presídio nenhuma empresa de turismo investisse na área (O Dia 02/04/1994).

Chegou-se até a fazer um projeto de desenvolvimento do turismo pela empresa de engenharia PROMON. O projeto previa a transformação da área em um grande complexo hoteleiro, contendo além do hotel, um centro de pesquisa, um albergue, bares e restaurantes, além de um museu para registrar a memória política da ilha e do presídio (Jornal do Brasil 25/07/1993), conforme apresentado na figura 23.

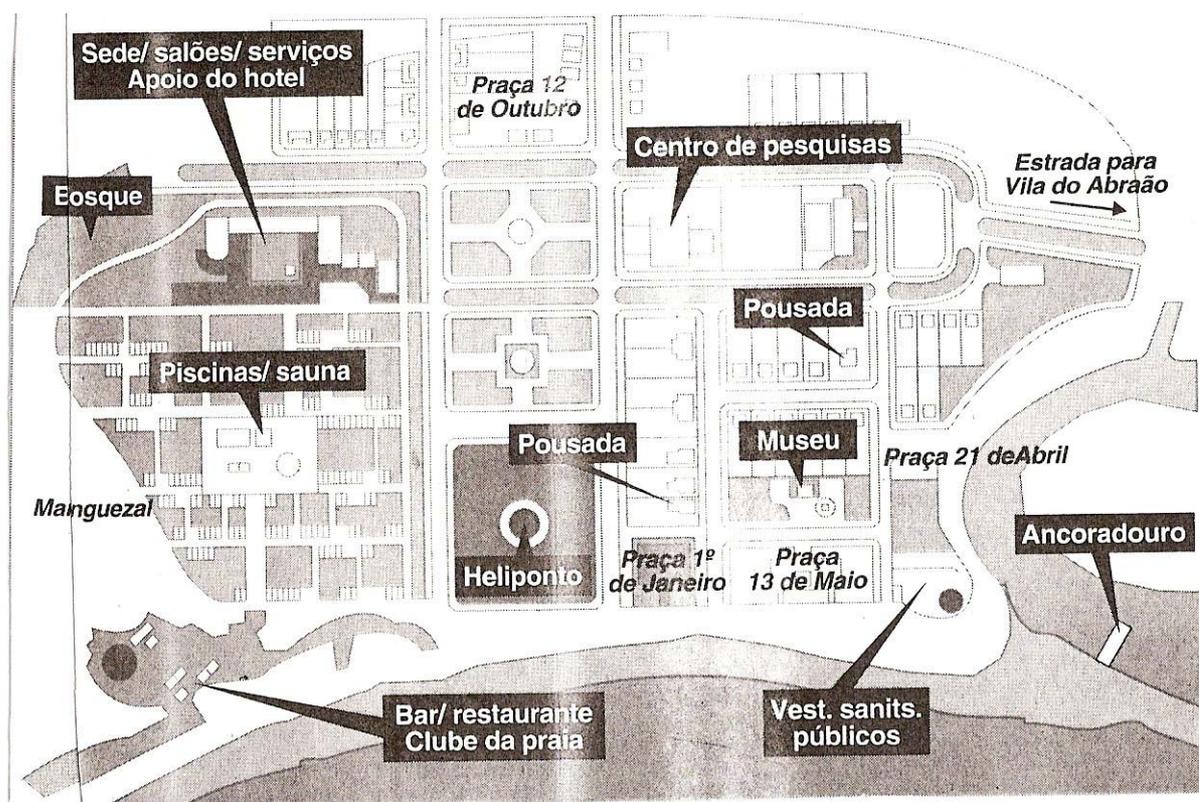


Figura 23: Projeto do complexo turístico na vila de Dois Rios. Note que as instalações do presídio seriam preservadas. Fonte: Jornal do Brasil 25/07/1993.

Durante um ano o governo trabalhou na licitação para realização de um edital internacional para a transformação do presídio em complexo hoteleiro, porém, esse projeto não contava com licitação e nem autorização da administração municipal.

A idéia de construir um grande complexo turístico na vila de Dois Rios na Ilha Grande dividia opiniões. Os prestadores de serviços existentes na Ilha (proprietários de posada, restaurantes) eram favoráveis à idéia, que deveria ser feita pelos próprios moradores sem a presença de grandes empresas.

O governo estadual queria em troca a construção de dois presídios em outros locais e também a construção de um hospital para a empresa que vencesse a licitação. Já a prefeitura reivindicava maior participação nas decisões sobre a área, alegando que o ordenamento da mesma era de sua competência e, por fim, a comunidade não tolerava a idéia de construção do

complexo turístico dizendo que traria especulação imobiliária e descaracterização do seu modo de vida.

Na verdade, a idéia da construção de um complexo turístico na ilha já nasceu com sérios obstáculos legais. Os planos diretores da APA dos Tamoios e do Município de Angra dos Reis tornavam ilegal qualquer expansão da área residencial em torno da área do presídio. Segundo os planos toda a face oceânica da ilha é área não-edificante. O impedimento jurídico já era de conhecimento do governo estadual antes da remoção dos detentos e implosão do presídio, porém o governo insistiu em um debate entre as partes interessadas para que se chegasse num acordo capaz de materializar o hotel.

O governo chegou a reunir-se com a administração municipal e com os técnicos do antigo IEF, porém, o acordo nunca ocorreu, pois o IEF (responsável pela administração do Parque) somente permitiu que o hotel ocupasse a antiga área de instalação do presídio. Essa determinação tornava o projeto do hotel inviável economicamente. Não existindo acordos entre as partes e enfrentando grande resistência da população, o projeto de hotel foi lentamente abandonado e em seu lugar surgiu a proposta de criar um centro de estudos e pesquisas.

Houve convocações para que as universidades interessadas na área se manifestassem. Três universidades mostraram interesse: UFF, UFRJ e UERJ. As duas primeiras exigiam que as populações residentes fossem retiradas. Como a proposta da Universidade deveria incorporar a população e prestar assistência a ela, tanto a UFF como a UFRJ retiraram suas candidaturas e a UERJ ganhou o direito ao uso da área pelo período de 50 anos. A área do IPCM incluindo suas benfeitorias, foram transferidas para a universidade, um Termo de Cessão de Uso possibilitou à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a utilização do espaço, incluindo parte do parque (cerca de 50 ha) e áreas de restinga, manguezais e rios.

3.5. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A universidade do estado do Rio de Janeiro iniciou suas atividades em 1995 com projetos de pesquisa nas áreas de Biologia e Ecologia, inaugurando em 1998, a sede do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – CEADS (Figura 24 e Figura 25)



Figura 24 : Garagem do CEADS. Fonte: acervo NEPPT.



Figura 25: Vista da frente do CEDAS . Fonte: www.uerj.br..

Atualmente estão cadastrados no CEADS os projetos Trilhas educativas, Diagnóstico Sócio-Ambiental da Ilha Grande, Flora na Ilha Grande, Fauna Melacológica Aquática e terrestre da Ilha Grande, o Ecomuseu e disciplinas de biologia, ecologia, geografia, oceanografia, cartografia, ciências sociais, dentre outros, totalizando 20 projetos de pesquisa, 10 projetos de extensão e 22 disciplinas, além de cursos temporários nas áreas de saúde e geração de renda para a população local.

O Ecomuseu é um projeto desenvolvido pelo grupo de ciências sociais coordenados pela professora Miriam Sepúlveda. A proposta de Ecomuseus, segundo Soares (2006: p.7), é que os habitantes são chamados a tornar-se atores, mais do que figurantes, e a atuar na construção de um museu que é para eles e que está voltado para sua cultura, independente de qualquer visitante.

O projeto na Ilha tem por objetivo dar um destino às antigas instalações do presídio, atendendo aos objetivos da categoria parque (prevê o uso educativo e recreativo, além da pesquisa científica) e buscando integrar a população no processo de mudança de uso e função da área. O projeto prevê a criação de cinco núcleos principais: Centro de Informações, Museu do Cárcere, Pátio das Ruínas, Casa da Vida e Centro Multimídia (CEADS, 2009).

I. Centro de Informações

Ao ser instalado no Casarão do Instituto Estadual de Florestas, localizado na Vila Abraão, o Centro de Informações terá a função de receber e divulgar informações relevantes para a região, para o desenvolvimento sustentável e para a melhor informação dos visitantes e dos moradores.

II. Museu do Cárcere

O conjunto de quatro salas remanescentes, após as obras de restauração, abrigará exposições sobre aspectos da história e da cultura local e a história das instituições carcerárias na Ilha Grande, que lá funcionaram entre 1894 a 1994.

III. Parque Botânico

O Parque Botânico será construído no antigo pátio do Instituto Penal Cândido Mendes, ocupando o local que hoje abriga os escombros do presídio. No interior do parque haverá uma coleção de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de divulgação, estudo e documentação do patrimônio florístico da Ilha Grande, acessível ao público, servindo à educação, à cultura e à conservação do meio ambiente.

IV. Casa da Vida

A Casa da Vida ocupará o prédio que fez parte da Fazenda dos Holandeses e que é o mais antigo da região. Concentrará as atividades relacionadas à natureza, à preservação da biodiversidade, à educação ambiental, aos estudos e pesquisas do CEADS e aos usos e costumes das populações locais referentes ao biopatrimônio.

V. Centro Multimídia

O prédio do antigo cinema do presídio, será restaurado e redimensionado. O Centro Multimídia concentrará o desenvolvimento de atividades e materiais de divulgação e informação relacionados à preservação do meio ambiente, história e cultura locais. O Centro deverá constituir um acervo de documentos, referências bibliográficas e imagens sobre todo e qualquer tema relacionado à Ilha Grande, disponível em meio impresso ou audiovisual e por internet.

O Projeto está em fase de implementação com a inauguração recente da padaria do antigo presídio para a visitação, com a exposição do antigo forno à lenha, que era utilizado para fazer mil pães diariamente para os presos, e duas grandes máquinas de misturar a massa do pão.

3.6. O Parque Estadual da Ilha Grande

O Parque Estadual da Ilha Grande foi o terceiro Parque criado no Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto Estadual nº 15.273/71 e depois revisado pelo Decreto nº 2.061 que implantou definitivamente o PEIG. Tinha inicialmente cerca de 15 mil hectares que após o novo decreto estabelecido pelo governador Faria Lima, em 1979, passou a ter 5, 6 mil hectares, ou seja, área bem inferior ao primeiro. A área do Parque Estadual da Ilha Grande abrangia as terras

dos distritos de Abraão e Araçatiba excluindo os terrenos do complexo presidiário, porém, em 1996, houve a expansão do Parque para a área da comunidade de Dois Rios. No governo atual, do governador Sérgio Cabral, a área do parque foi duplicada ficando com 12 mil hectares, o que corresponde a 65% da Ilha (figura 11).

Conforme o decreto de sua criação, o Parque visava criar uma Zona de Apoio Turístico e a preservação de uma área de floresta. Na época, a responsabilidade pela demarcação da área ficou com a Companhia de Turismo do Estado do Rio S.A. – FLUMITUR e a administração ficou sob responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (VALLEJO, 2005). Em 1986, o IEF, atual INEA, passou a ser responsável pela administração, permanecendo até hoje.

O PEIG é bastante representativo em relação aos recursos naturais existentes na região sul-fluminense, apesar da vegetação original bastante reduzida, a vegetação de floresta secundária encontra-se em regeneração com diferentes estágios de sucessão. Os estágios mais avançados encontram-se na cota de 600 m de altitude, abaixo dessa cota a vegetação secundária em certos trechos abre espaço para áreas degradadas, ocupadas por gramíneas (UFRRJ, 1992).

A área do PEIG apresenta 32 microbacias hidrográficas, sendo que as de maior significado hidrológico são as do Abraão, da Andorinha e do Bicão, sendo esta última estratégica para o abastecimento da Vila do Abraão (LEAL FILHA, 2006).

O Parque é administrado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Existe uma sede administrativa localizada no “Casarão”, prédio que pertencia ao sistema penitenciário, na Vila do Abraão (Figura 26 e 27). Além de vários imóveis existentes na área próxima ao parque: como o utilizado pela Polícia Militar (Figura 28), a Escola Municipal, a sede do destacamento do Corpo de Bombeiros, o Batalhão Florestal, a guarita (Figura 29), um campo de futebol e praça, conforme mostrado abaixo.



Figura 26: Sede do INEA. Fonte: acervo NEPPT.



Figura 27: Projeto de mudas da Mata Atlântica (desenvolvido pelo IEF em parceria com instituições de pesquisa e contribuições de empresas). Fonte: acervo NEPPT.



Figura 28: Sede da polícia militar na Ilha Grande. Fonte: acervo NEPPT.



Figura 29: Guarita do PEIG. Fonte: acervo NEPPT.

Na vila de Dois Rios, os imóveis pertencentes ao antigo presídio passaram a ser usados pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro após convênio firmado entre o governo do Estado e a Universidade para concessão da área para fins de pesquisa científica, conforme mostram as fotografias (foto 30 e 31) abaixo:



Figura 30: Antigo centro de convenções e atual casa de hospedagem do diretor do CEADS.
Fonte: acervo NEPPT.



Figura 31: Antiga escola para os filhos dos funcionários e atual biblioteca pública do Projeto ECOMUSEU. Fonte: acervo NEPPT.

O PEIG recentemente passa por transformações e reformas na infra-estrutura. Um fator que afeta o desenvolvimento de uma infra-estrutura turística mais consolidada é a sazonalidade da visitação, que ocorre em sua maior parte nos meses de verão. Esta sazonalidade afeta a oferta de empregos, e cria um colapso no fornecimento de infra-estrutura e serviços nas épocas do pico de visitação, que ocorre por ocasião do Carnaval e da Semana Santa (UFRRJ, 1992).

Segundo dados de Vallejo (2005), em 2004 o PEIG não apresentava uma estrutura de serviços aos seus usuários como banheiros públicos, sala de recepção de visitantes, área de *campings* ou outros equipamentos.

Hoje, houve melhora na infra-estrutura do Parque, porém ainda insuficiente. A sede do Parque foi reformada ganhando uma sala de visitantes. Placas depredadas foram trocadas e acrescidas de informações sobre características históricas ou geográficas. Essas placas ainda perfazem uma parcela pouco significativa em relação ao total existente (Figura 32).

No aspecto dos recursos humanos, segundo informa a própria administração da UC, atualmente vinte e quatro funcionários trabalham no Parque. Desses funcionários existem os

funcionários do IEF e funcionários de uma empresa contratada (HOPE). Os funcionários da empresa contratada consistem em oito guardiões, uma secretária, dois recepcionistas da sede, quatro funcionários de manutenção de trilha e dois técnicos (zootécnico e um engenheiro florestal). Já os funcionários do IEF trabalham na área administrativa (quatro), um trabalha na fiscalização e dois bombeiros para contenção de incêndios no Parque.

Para a fiscalização, o IEF conta com dois quadrículos, três Toyotas, uma moto e uma lancha. Uma Toyota e a moto precisam de reparos, pois estão sem funcionar no momento. O principal problema relatado pelos funcionários do Parque é a caça. Segundo eles, é grande o número de apreensões de armadilhas de caça como o trabuco e o laço(Figura 33). Os animais mais procurados são a Paca, o Curió, o Biquinho de lata, entre outros.



Figura 32: Reformas na área do Abraão. Substituição por placas novas e educativas. Fonte: acervo NEPPT.



Figura 33: Armadilhas apreendidas dentro da área do Parque. Fonte: acervo NEPPT

As trilhas do Parque apresentam-se, no total, com placas mal sinalizadas, depredadas e delas necessitam substituição (Figura 34). O INEA e a UERJ acusam os próprios moradores pela depredação. Segundo eles, os moradores destroem as placas para que os turistas paguem a eles para guiá-los nas trilhas.

O estado de conservação das trilhas inspira cuidado, pois não recebem manutenção sendo observado o desencadeamento de vários processos erosivos como sulcos e até mesmo ravinas, como pode ser observado na fotografia 35. Na vila de Dois Rios, em virtude da pouca visitação, em muitas trilhas, é necessário que os próprios moradores ou funcionários da UERJ façam a manutenção da mesma com risco da trilha desaparecer.



Figura 34: Placas de sinalização depredadas (Abraão - Dois Rios). Fonte: acervo NEPPT.



Figura 35: Movimento de terra na trilha do Atalho (Abraão - Dois Rios). Fonte: acervo NEPPT.

Vallejo (2005) já alertava que a área do PEIG apresentava problemas fundiários. Um estudo de Randolph (1992) destaca a posse das terras com mais de 10.000m² nas mãos de empresas, propriedades privadas, muitas delas nas áreas do Parque, conforme mostrado no quadro 2.

Porém, segundo a prefeitura, os documentos mostram que a Fazenda de Dois Rios, como sendo da União, transferida para o IEF em 1985, a área abrangia as praias de Lopes Mendes prolongando-se até Parnaioca, ou seja, exatamente a área que estava sendo oferecida pelo Bradesco. Estas discussões e outras foram causadas pela imprecisão dos limites do Parque na época de sua criação e que serão alvo de atenção do Plano de Manejo que está em execução.

	RESPONSÁVEIS	LOCALIDADES	ÁREA (afor.)
1	Esp de Dario Lourenço Mo	Abraão	19985,00
2	Israel Klabin	Abraão	20223,39
3	Augusta Ana da Conceição	Alto Alegre	34875,91
4	Ilha Grande Emp. Imob.	Araçatiba	14520,00
5	Fazenda Agroflorestal	Canto do Leste	40658,00
6	F.B. Emp. Turísticos Ltda	Canto do Sul	43580,00
7	Antonio Martind Nóbrega	Enseada das Estrelas	16500,00
8	Jacques Nille e outros	Enseada das Estrelas	17830,25
9	Esp. de Candido Basilio	Enseada das Estrelas	25773,00
10	Losir Verneck de Carvalho	Enseada das Palmas	16536,00
11	Otavio de Almeida REis	Enseada do Forte	39030,00
12	Hiltom de Carvalho e outros	Fazenda Estrela	2100000,00
13	Phidias Imobiliária S/A	Freguesia de Santana	80140,00
14	Phidias Imobiliária S/A	Freguesia de Santana	12531,42
15	Eduardo Tapajos	Freguesia de Santana	24485,00
16	Juvenal Pereira dos Santos	Ñ especificada	18820,10
17	Ines Gutsch R. da Silva	Enseada das Estrelas	83756,00
18	Ñ especificado	Ñ especificada	20223,00
19	Jose Alcindo Bicalho e SM	Ilhas do Macedo	13360,00
20	Carlos do Valle Amado	Ilhas do Macedo	13360,00
21	Fazenda Agroflorestal	Lagoa do Leste	51480,00
22	Atlantica Cia. e Imob.	Lopes Mendes	32000,00
23	Antonio Mattos Galindo	Parnaioica	79200,00
24	Reverforme Com. e Repres.	Ponta do Bananal	103950,00
25	Jose Lourenço Filho	Ponta Grande	32653,00
26	Oscar Araripe Ferreira	Ponta Grossa	25740,00
27	Peter Thurriot	Praia da Aroeira	23100,00
28	Lucio Lens Gonçalves	Praia do Abraãozinho	10981,25
29	Jorge de Oliveira Galindo	Praia de Matariz	24750,00
30	Emp. Bras. de Produtos	Praia de Matariz	20268,20
31	Fernando S. Alves	Praia do Pouso	22739,00
32	Esp. Eponina Mac. C.	Praia do Sul	49896,00
33	Fernando G. M. Representa.	Praia dos Meros	17127,00
34	Fernando G. M. Representa.	Praia dos Meros	14850,00
35	Herminildo Minervino de S.	Praia dos Meros	17127,00
36	Atlantica Boavista Imob.	Praia dos Recifes	10560,00
37	Elisa Babetta Knauss	Saco de Provetá	10517,00
38	Atlantica Boavista Imob.	Sítio Forte	10230,00
39	Edmundo Mario Carlos	Sítio Forte	10500,00
40	Uyara Bunkishi	Ubatubinha	11500,00
41	Ricardo Gomes de Araújo	Ubatubinha	24255,00
42	Leonardo do Rego Monteiro	Ubatubinha	34155,00

Quadro 2: Posse das terras na área do PEIG (Fonte: Randolph, 1992)

3.7. Redefinição do território: do cárcere à proteção da natureza

A decisão de implosão do presídio na Ilha Grande foi uma decisão unilateral e de ação arbitrária do governo estadual. O município de Angra dos Reis, a partir da pressão dos moradores (guardas penitenciários, residentes na Ilha), mostrou-se contrário à implosão do presídio e chegou a entrar com três atos contra a implosão: duas liminares e um decreto de tombamento provisório. As liminares foram suspensas e o decreto de tombamento foi ignorado pelo governo estadual (MARÉ, 1994). Um dia antes da implosão, moradores fizeram manifestação tentando impedir a implosão (Figura 36), e em reportagem ao jornal O Dia no dia vinte e nove de março, o prefeito declarou:

O governo estadual não poderia demolir o presídio sem autorização da Prefeitura. A obra sequer nos foi comunicada. Queremos também que seja discutida a situação das 60 famílias de funcionários do Desipe e da PM que vivem junto ao presídio.



Prefeito Luiz Sérgio conversa com comunidade no vésper da implosão

Figura 36: Críticas e manifestações da comunidade contra a decisão de implosão do presídio. Arquivo Biblioteca Municipal de Angra dos Reis. Fonte: Jornal Maré - 8/04/94

Para a prefeitura o presídio era um prédio histórico de luta contra a ditadura; para os moradores era a segurança, a ordem (continha a especulação imobiliária e a invasão de terras). Já para o governo estadual representava um grande estorvo contra as pretensões de tornar o local um grande pólo turístico.

A implosão do presídio pôs fim à função carcerária da vila, depois de muitas décadas com a existência de presídios na Ilha Grande novas funções ganharam impulso, a proteção da natureza e o turismo, antes dificultados pela existência da penitenciária.

Com a desativação do presídio, a população perdeu um ponto de referência que a estruturava cultural e economicamente. Se por um lado, a existência do presídio exigia rígidas normas de controle e segurança impostos pelo estado ao uso do território contribuindo para conter o crescimento da população local e da visitação. Por outro, o presídio propiciava emprego, lazer, educação e assistência médica, sendo grande o auxílio prestado pelos agentes penitenciários e policiais militares aos moradores da Vila de Dois Rios (CADEI, 2004) e que foram interrompidos com a instalação física da UERJ, multiplicando-se críticas e frases saudosistas da época do presídio como a mostrada abaixo.

Antigamente essa comunidade era linda: os presos pintavam os muros e cuidavam da manutenção das casas, da estrada, nos traziam leite...Hoje, veja como está. Tudo abandonado. E essa estrada. Um horror! E a UERJ não faz nada (morador).

Soma-se a isso, a perda de recursos financeiros da comunidade e a chegada maciça de jovens de classe média, com hábitos e valores diferentes, muitas vezes associando a natureza ao consumo de drogas e nudez, que compreenderam outra fonte de conflitos entre os locais, os turistas e visitantes e os gestores do parque (CADEI, 2004).

Na época da criação do Parque, o IEF, órgão administrador das unidades de conservação em questão, pretendeu transferir os moradores de Dois Rios para fora de sua área. Afinal, a categoria de unidade de conservação Parque não admite presença de populações no seu interior. No entanto, terminou por vencer a opção de permanência da comunidade no local devido a uma visão sócio-ambientalista da questão, que se tornava hegemônica na política interna do órgão, naquele momento. Estas idéias refletiram-se posteriormente na própria população. O medo transformou-se, em parte, em crítica e resistência. A população apreendeu que tinha direitos e incorporou este discurso às suas próprias argumentações.

Um pescador de cinquenta anos, relatou que, em 2008, a UERJ cadastrou toda a população considerando-os ocupantes, tendo declarado, na ocasião, que “nem os terrenos, nem as casas e nenhuma benfeitoria são da comunidade”. Segundo suas palavras:

“o que incomoda é não poder construir casa para os filhos. Eles querem que nossos filhos cresçam e vão embora, porque aí os mais velhos vão morrendo até não ficar mais ninguém aqui. Mas eles estão muito enganados...” (morador)

Suas palavras demonstram uma reflexão sobre a estratégia da instituição para tirá-los de Dois Rios e uma crítica a esta atitude, expressando disposição em resistir. A crítica e a resistência, aliadas à forma específica como lidam com os valores e representações exógenos, apontam para possibilidades de construção de um modelo diferente do proposto pelos limites do Parque.

A defesa do meio ambiente colocou limites a práticas anteriores e causou ressentimento entre os moradores da vila. Outro exemplo dos limites impostos à comunidade pode ser descrito com a proibição de corte das árvores que crescem na área do antigo cemitério pelo INEA. Muitos moradores tiveram seus parentes enterrados ali e não podem visitar o local, pois a mata tomou conta da área e o corte das árvores para manutenção é proibido pela administração da UC.

Os planos originais para o Parque, que desconheciam de início as comunidades ou imaginaram poder tirá-las da área defrontaram com a situação concreta (resistência, permanência) tendo que se modificar. A presença de moradores em área de Parque e, sobretudo a atividade turística que praticam, totalmente inaceitáveis perante a legislação vigente, é de certa forma tolerada, apesar das restrições impostas.

O Estado viu-se obrigado a lidar com esta situação e a flexibilizar sua ação. Os outros territórios existentes como o do turismo e o da comunidade também se redefiniam a partir destes contatos. O da preservação, expresso principalmente pelos limites da unidade de conservação, sobrepõem-se e interage na convivência com o território da comunidade e com o do turismo.

O Mapa 5 representa o território de proteção da natureza, institucionalizado pelas leis ambientais. Mais do que circunscrever as unidades de conservação no mapa ou identificar as áreas e regiões, a existência das UCs na Ilha e os limites criados por elas são utilizados para afetar o comportamento das populações locais e dos turistas através do controle do acesso e aos recursos existentes no local. Por desconhecer a legislação ambiental existente na Ilha, a população e os turistas percebem o território como “é permitido” e “não é permitido” o uso da área.

A primeira seção representa a área de uso controlado, em que se destaca a vila do Abraão. Predomina a paisagem cultural com usos turístico e urbano. São vilas e comunidades onde se desenvolve a atividade urbana (saúde, segurança, hotelaria, educação, comércio varejista e ambulante, gastronomia, turismo de aventura, artesanato, construção civil). É constituída de áreas naturais alteradas e áreas de efetiva ocupação antrópica. Obras e projetos para aproveitamento dos recursos naturais são permitidos, mas controlados.

Território de Proteção da Natureza



- Legenda**
- Área de Uso Controlado (Comunidades e Vilas)
 - Área de Uso Restrito (Proteção, Turismo e Pesquisa)
 - Área de Uso Proibido (Proteção)
 - Trilhas e caminhos

Elaborado por Thais Xavier a partir da base digital 1:25.000 da Prefeitura de Angra dos Reis disponível para download em www.angra.rj.gov.br.

Mapa 5: Território de Proteção da Natureza

A Segunda seção representa a área de uso restrito, delimitado pelos limites do Parque Estadual da Ilha Grande. Nesta seção se desenvolve, principalmente a atividade de proteção. Os limites do Parque impedem a ocupação, mas permitem a atividade turística e a pesquisa. O apelo às belezas naturais é bastante significativo. Prevaecem os elementos naturais (floresta fechada, animais silvestres, pouca ou nenhuma ocupação) sobre a paisagem cultural. Ainda que alterada, a floresta encontra-se em elevado estágio de regeneração permitindo seu uso para trilhas e acesso a cachoeiras e praias. É expressamente proibido a ocupação, a caça, coleta de frutos, sementes ou raízes, somente sendo permitido para fins de pesquisa e de acordo com projeto a ser aprovado pelo órgão administrador.

A terceira seção é caracterizada pela área de uso proibido, delimitado pelos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul. É proibido o acesso aos turistas e moradores da Ilha. Essas áreas são restritas aos agentes de preservação/conservação (pesquisadores, administradores da UC), muitas vezes que não moram na Ilha e adotam posturas radicais de proibição a qualquer interferência na área. O objetivo da criação dessa área é a preservação da natureza, admitindo-se a pesquisa científica desde que não cause alterações significativas. Como a fiscalização é falha, muitos turistas alcançam esses locais e, por vezes, além de desrespeitar a legislação vigente muitas vezes esquecem ou mesmo deixam o lixo no local. Há, também, problemas de caça ilegal, coleta de sementes e espécies endêmicas e prática da agricultura por antigos moradores.

A implantação das normas ambientais, a partir da existência das UCs, impuseram mudanças no comportamento da população local, tais como: alteração de seus hábitos e práticas sociais, gerando impasses, conflitos e confrontos, não sendo uma exceção em relação a outras comunidades brasileiras que também habitam em localidades que foram transformadas em áreas de proteção ambiental (CADEI, 2004).

3.8. Os conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande

O fechamento do presídio levou à comunidade de Dois Rios e à Ilha Grande transformações no uso e organização do espaço da Ilha. A fragilidade do território de proteção da natureza pode ser quantificada pelos inúmeros conflitos ambientais emergidos com a mudança de uso correcional para uso de proteção ambiental e turístico.

Diversos planos diretores foram criados por órgãos governamentais, muitos deles apresentando o turismo ecológico como atividade prioritária a ser desenvolvida. Embora as atividades mais lucrativas, hoje, sejam aquelas associadas ao turismo, nem sempre os moradores locais têm condições de competir em investimentos com os que chegam de fora.

A proibição de certas atividades cotidianas dos moradores da vila limitou a ação no espaço, se por um lado a floresta se encontra em avançado estágio sucessional (graças à expansão da área do parque) por outro, a comunidade vive uma difícil situação de sobrevivência, devido aos escassos recursos antes conseguidos com as atividades de apoio ao presídio.

Segundo os trabalhos de campo realizados esse ano, a comunidade de Dois Rios está restrita a 25 famílias. São ex-funcionários do presídio (policiais, agentes penitenciários), um antigo preso e funcionários atuais da UERJ, os conflitos de uso e ocupação do espaço da comunidade de Dois Rios, inserida na área do PEIG estão associados a diversos aspectos, alguns já apresentados por VALLEJO (2005), resumidos a seguir:

- I. Desde a desativação do presídio houve crescimento intenso das atividades turísticas em toda a Ilha Grande e, principalmente, na Vila do Abraão, com a construção de casas, pousadas e *campings*, muitos deles indo de encontro com a legislação de proteção ambiental existente. Em Dois Rios, a visitação e a atividade turística na vila desenvolveu-se de forma desordenada. A

vila não conta com infra-estrutura mínima (banheiros, comércio para venda de água e alimentos) e fiscalização para receber os visitantes;

- II. A falta de um planejamento da atividade turística adequado a realidade da Ilha e de uma efetiva ordenação do uso e ocupação do solo acarretam impactos ambientais diversos. Um exemplo são os eixos de drenagem, principalmente em Abraão, como demonstrado por Leal Filha(2006), apontando índices de criticidade elevados no baixo curso (área fora dos limites do Parque) e moderado no médio curso(dentro dos limites do Parque), demonstrando a necessidade de ações específicas: emergenciais de controle e recuperação dos recursos hídricos no baixo curso e reorientação para o planejamento e uso controlado no médio e alto curso, para que a realidade de Abraão não se repita na vila de Dois Rios e demais comunidades na Ilha;
- III. Apesar da redução da população residente e da proibição da construção de casas ou atividades econômicas na vila de Dois Rios (que foram proibidas desde a chegada da UERJ e da expansão do Parque Estadual da Ilha Grande à área da comunidade), o número de visitantes na área vem aumentando e transformando significativamente as relações sociais e a área da comunidade;
- IV. Os anos de abandono da vila de Dois Rios levaram a uma grande perda da identidade e patrimônio cultural. Arquivos e objetos do presídio foram saqueados por visitantes e turistas que desejavam levar lembranças da prisão, as construções estão deterioradas pelo tempo e a falta de conservação. A figura 37 apresenta os testemunhos geográficos que remotam à época do território do cárcere;
- V. A promulgação de inúmeras leis e normas ambientais foram aplicadas, por vezes, de forma contraditória, ou em excesso, envolvendo diferentes órgãos públicos (INEA, UERJ) como o verificado entre o INEA e a UERJ em relação a utilização dos recursos naturais;

- VI. Indefinição da esfera de ação de cada ator na implementação do Parque (Prefeitura, INEA, Associação de moradores, outros) gerando múltiplas ingerências na área da comunidade, às vezes, as ações de determinados atores públicos acobertavam interesses privados ligados ao setor turístico e;
- VII. O grande despreparo e fragilidade administrativa dos setores responsáveis pela gestão do PEIG. A maioria das ações empreendidas pelos diretores ficou restrita ao plano da fiscalização e punição dos crimes ambientais cometidos. Sobre este aspecto, destacam-se os conflitos ocorridos junto aos antigos moradores recebendo repressões dos setores de fiscalização do governo.

A delimitação do Parque Estadual da Ilha Grande para a área da comunidade de Dois Rios serviu como limite de atuação do poder territorial da população local da vila e, também, como um diferenciador do que e de quem está dentro e do que e de quem está fora. Enquanto havia proibições à população local (os de dentro) a suas práticas, um novo grupo ganhava um espaço para uso, os visitantes, turistas e pesquisadores (os de fora). A criação do território da proteção da natureza ao mesmo tempo em que foi usado para excluir a população da vila, foi também usado para conquistar grupos diferentes (turistas e pesquisadores), que passaram a controlar e coordenar o território e, também, os grupos nele inseridos. A população de Dois Rios, hoje, vive em função desses novos atores estranhos ao antigo território do cárcere.

TRANSFORMAÇÕES NA VILA DE DOIS RIOS



Figura 37 : Transformações no território

Uma análise sobre o contexto atual da Vila de Dois Rios aponta para situações de grande complexidade estrutural. A criação do território da natureza buscou apagar os símbolos do território do cárcere e reconstruir a paisagem natural original da área, porém, não obteve êxito. Os símbolos do território do cárcere como as rígidas relações sociais (exaltação da ordem, o medo a estranhos), as constantes frases saudosistas dos moradores e a lembrança do IPCM ainda permanecem no imaginário da população da vila e encham de curiosidade os visitantes que desembarcam na Ilha.

Independente da importância da proteção da área, não há como alterar ou voltar atrás na paisagem criada. O seu uso histórico como território do cárcere, a resistência das populações na manutenção do território pretérito e os conflitos na implementação e construção do território da natureza evidenciam as relações diacrônicas e a dificuldade no estabelecimento de políticas territoriais ambientais eficazes para a vila. O passado persiste. Trata-se como intitulou Oliveira (2002) de uma “paisagem-museu”.

Neste sentido, as políticas territoriais para a vila de Dois Rios devem atentar para a real incorporação da população no processo de criação e gestão da área, incorporando a discussão da anexação da unidade de conservação nos limites da comunidade e, também, dos projetos turísticos desejados. Este debate é fundamental para a preservação da identidade local e proteção dos patrimônios naturais e culturais. Pode estar aí uma oportunidade para a gestão governamental trabalhar a cidadania num processo de decisão partilhada permitindo a essa comunidade o direito de decidir àquilo que estão dispostas aceitar e tolerar, sem perder a perspectiva daquilo que é comum a todos: a proteção do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As unidades de conservação vem sendo adotadas como política territorial ambiental em várias partes do mundo. São criadas e implementadas com o objetivo de proteger remanescentes de ecossistemas ameaçados, minimizar a perda de biodiversidade e, como refúgios que possam ser utilizados também para lazer e recreação, principalmente próximos a áreas urbanas que são carentes de atrativos naturais. Apesar dos inúmeros benefícios e promessas aclamados na criação de uma área protegida, seus resultados práticos têm sido cada vez mais alvo de debates e discussões.

No caso da Ilha Grande, não há dúvidas que dos grandes impactos ambientais no já ameaçado bioma Mata Atlântica causados pelas atividades pretéritas, como as lavouras de cana-de-açúcar, plantações de café, atividades industriais de pesca de sardinha e ligadas à instalação do presídio, ainda que não se possa estimar essa perda em razão das lacunas que envolvem não só o levantamento dos recursos como também a magnitude dessas transformações, foram motivos mais que suficientes para o estabelecimento de leis ambientais com o objetivo de regular o uso da área e o manejo sustentável desses recursos, já tão explorados outrora . Não por outro motivo foram estabelecidas unidades de conservação (APA, PARQUE e RESERVA) abrangendo toda a área da Ilha.

Porém, a emergência das questões ambientais e as suas respectivas ações com o estabelecimento de políticas territoriais (UCs) na Ilha trouxeram uma série de conflitos entre a comunidade local e os gestores quanto ao destino e uso dessa área. Na verdade, os conflitos ocorridos na comunidade de Dois Rios a partir da desativação do presídio e a definição da área como unidade de conservação foram em grande parte ocasionados pela gestão governamental que

ignorou a existência das populações ali inseridas optando pela exclusão delas ao invés de um projeto mais abrangente em que se pudesse incluí-las.

Em Dois Rios, até a desativação do presídio e o estabelecimento do Parque Estadual da Ilha Grande, a comunidade desenvolvia-se a partir das atividades ligadas à manutenção e funcionamento do presídio, criando nessa área um território delimitado por regras rígidas, que a população seguia.

O surgimento das questões ambientais na Ilha, com repercussões na vila, materializaram-se com a criação de inúmeras políticas territoriais ambientais produzindo uma requalificação do território agora não mais por questões estratégicas de segurança ao presídio, mas um território caracterizado por seus atributos ecológicos, e, portanto assumindo uma nova função: a proteção da natureza.

Assim, o território de proteção da natureza, criado por forças governamentais e legitimado pela ciência, instalou um enfrentamento entre os usos locais, que estavam ligados ao presídio ou mesmo interesses econômicos e os interesses exógenos, universais ou globais ligados às questões ambientais e turísticas conflitando sobre os diferentes projetos desejados pelos atores nos usos da área.

Esta análise procurou avaliar algumas implicações decorrentes da mudança de políticas territoriais para a vila de Dois Rios que implicaram em disputas pelo direito de uso da área pelos grupos sociais envolvidos, buscando apresentar não a simples superposição de distintos territórios, mas as interações dos conflitos e as convergências existentes.

A vila agora tem sido apreendida como espaço de preservação e pesquisa, percepções que entram em choque com as da comunidade que o habita. O PEIG estendido à área da comunidade de Dois Rios reconheceu o valor ecológico dos recursos naturais da área, mas negou o território

da população local, na medida em que o projeto de conservação adotado implicou numa concepção excludente das práticas sociais da população e dos usos que faziam daquele ambiente.

Este estudo demonstra a necessidade de construções políticas ambientais mais democráticas, a partir de um amplo debate, com a participação de todos os atores sociais envolvidos no uso do território. Espera-se assim, contribuir com o diálogo entre esses atores, visando amenizar os conflitos sociais e os impactos ambientais que lá ocorrem. A revisão bibliográfica confirma que os dados informados neste exercício empírico não se tratam de uma exceção; ao contrário, somam-se aos registros de conflitos de uso dos recursos naturais em outras unidades de conservação brasileiras.

Dessa forma, a busca por um melhor convívio entre esses atores deve ocorrer na medida em que se implemente um conjunto de ações efetivas que some responsabilidades na tarefa de proteção desta unidade de conservação e que considere não apenas os seus atributos ecológicos, mas também os elementos históricos e sociais. Essas ações podem surgir por meio de um plano diretor. Como esse plano gestor ainda está sendo discutido, espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a sua elaboração.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. M. de. **Cadastro penitenciário e estatístico criminal do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- AJARA, C. **A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental**. In: Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro. IBGE, Departamento de Geografia, 1993, 166 p. 9 – 11
- ARAÚJO, C. D.; CARVALHO, A G.; SILVA, C. D. **Impactos ambientais do Turismo na Ilha Grande: Um estudo Comparativo sobre a percepção dos moradores da Vila do Abraão e da Vila Dois Rios**. Caderno Virtual do turismo . Vol. 5, N° 3. 2005.
- ASSIS , R. M. **Objetivo das Prisões, Ressocialização ou Punição?** In.: Notícias e Atualidades Jurídicas, 2007
- BARRETO FILHO, H. T. **Da nação ao planeta através da natureza: uma tentativa de abordagem antropológica das unidades de conservação da Amazônia**. In.: www.unb.br/ics/dan/Serie222empdf.pdf. Acesso em : 20/06/08
- BECKER, B. K. **Tendências de transformação do território no Brasil: Vetores e circuitos**. Revista Território. Vol.1, nº 2(Jan./Jun. 1997)Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- BRASIL, Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. IBAMA, Ministério de Meio Ambiente, Presidência da República. Sub-chefia para Assuntos Jurídicos. 2ª. edição, Brasília – DF, 2000. 52 p.
- BRITO, L. **Evolução do sistema penitenciário brasileiro nos últimos 25 anos**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1946.
- BRITO, M. C. W. - **Unidades de Conservação : Intenções e Resultados**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2003.
- CADEI, M. **A Promoção da saúde ambiental e as práticas sociais em vila Dois Rios, Ilha Grande, RJ: A contribuição da educação ambiental na criação de ambientes favoráveis à saúde**. Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação em saúde coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.
- CANCELLI, E. **A cultura do crime e da lei (1889-1930)**. Brasília: Edunb, 2001
- CANCELLI, E. **Repressão e Controle Prisional no Brasil**. CEPPAC-Universidade de Brasília (UnB), 2003

CAPAZ, C. **Os Indígenas da Baía da Ilha Grande**. Conselho Municipal de Cultura. Angra dos Reis, 41p. 1988.

CEADS, Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável. **Ecomuseu Ilha Grande**. In: www.sr2.uerj.br/ilhagrande/ecomuseu.htm. Acessado em 26/02/09.

CORREIO DO BRASIL. **IEF define situação de vila na Ilha Grande/RJ**. In: <http://www.corredores.org.br>, Janeiro de 2008. Acessado em: 10/02/2009.

DA MATTA, R. **Em torno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações**. In: Os Sentimentos da Natureza. Direção: Dominique Bourg. Tradução: Ana Maria Novais. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

DEAN, W. A Ferro e Fogo: **A história de Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Cia de Letras, 2002. 484p.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996

DOUROJEANNI, M. J. e PÁDUA, M. T. J. 2001. **Biodiversidade - A hora decisiva**. Ed. UFPR. 307 p.

DUTRA, F. F. **Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): O papel dos atores sociais e suas contribuições na formulação de novas políticas ambientais**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em geografia. Faculdade de Geografia. Rio de Janeiro, 2008.

EIRADO, L. G.; DINIZ, S.; MEDEIROS, M.; HEILBRON, M. **A tectônica “antiga e nova” em interação e sua resposta na morfologia do relevo, Baía da Ilha Grande, sudeste do Brasil**. In: IX Simposio Nacional de Estudos Tectônicos, 2003, Armação dos Búzios, RJ. Boletim de Resumos, 2003. v. 1. p. 295-298.

FERREIRA, H. C. H. **Redefinindo Territórios: disputa por significação e direito de uso do espaço social na construção de ruralidades contemporâneas**. Anais do III Encontro da ANPPAS: Brasília(DF), 2006

GODOY, A. L. **Da Imensidão Selvagem às Áreas protegidas: inventando naturezas, criando lugares**. Dissertação de mestrado. PUC: São Paulo, 1999.

GODOY, A. L. **O modelo da natureza e a natureza do modelo**. São Paulo em perspectiva, 14(4) 2000.

FARIA, I. F.. **Território e territorialidades indígenas do Alto rio Negro**. Manaus:EDUA, 1998.

HAESBAERT, R.. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R.. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, A L. Território, **integração sócioespacial, região, fragmentação e exclusão social**. In: Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Eliseu S. Spósito; Marcos A Saquet; Alexandre D. Ribas; Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

IEF, Decreto Estadual no 15273 de 28.06.71 - **cria o Parque Estadual da Ilha Grande**. IEF: Rio de Janeiro, 1971.

IEF, Decreto de criação no. 4992 de 02.12.81 - **Cria a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul**. IEF: Rio de Janeiro, 1981.

IEF, Decreto de criação no. 9452 de 05.12.86 – **Cria a Área de Proteção Ambiental de Tamboios**. IEF: Rio de Janeiro, 1986.

IEF, Decreto no. 9728, de 06.03.87- **Cria a Reserva Biológica da Ilha Grande**. IEF: Rio de Janeiro, 1987.

IEF, Decreto de criação no. 15983, de 27.11.90 – **Cria o Parque Estadual Marinho do Aventureiro**. IEF: Rio de Janeiro, 1990.

IEF. **IEF quer definir situação da Vila do Aventureiro, na Ilha Grande**. In.: [http://www.ief.rj.gov.br/imprensa/noticias/2008/Janeiro/jan25012008\(1\).htm](http://www.ief.rj.gov.br/imprensa/noticias/2008/Janeiro/jan25012008(1).htm) Janeiro, 2008. Acessado em 12/02/2009.

IVT, Instituto Virtual do Turismo. **Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande, RJ**. In: WWW.ivr-rj.net. 2009. Acessado em 09/02/2009.

JORNAL MARÉ, **Para Castilho, implosão foi ilegal**. Publicado em 08/04/94

LEAL FILHA, S. M.. **Recursos Hídricos e os desafios da gestão: O caso da microbacia do córrego de Abraão – Ilha Grande – RJ**. Dissertação de mestrado. Programas de Pós-Graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro(PPGEO/UERJ). Rio de Janeiro, 2006.

LEP, **Lei de Execuções Penais**. Presidência da República. 1984.

LIMA, S. F. C. **Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo**. In:Revista Arquitectos, n. 299. Abril de 2005.

LITTLE, P. E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política.** In: BURSZTYN, M. (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.* Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

RIBEIRO, M. Â. C.; MATTOS, R. B. de; **Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro.** Revista Território, v.1, n.1. Rio de Janeiro, jul/dez, 1996

MEDEIROS, R. **A Política de Criação de Áreas Protegidas no Brasil: Evolução, Contradições e Conflitos.** Curitiba: Anais do Congresso Nacional de Unidades de Conservação, 2004.

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às Demandas Locais.** Orientadora: Bertha K. Becker. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. Tese (Doutorado em Geografia).2002

MORAES, E. de. **Prisões e instituições penitenciárias no Brasil.** Rio de Janeiro: C. Oliveira, 1923.

MELO, C. H. V.. **Apontamentos para servir à história fluminense (Ilha Grande)** Angra dos Reis. Conselho Municipal de Cultura, Angra dos Reis, 1987 . 115 p.

NESI, W. **Notícias Históricas da Ilha Grande (RJ).** Editora Minas Gerais. 177p. 1990.

NUNES-FREITAS, A. F.; ROCHA-PESSOA, T. C.; COGLIATTI-CARVALHO; L. ROCHA, C. F. D. **Bromeliaceae da restinga da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul: composição, abundância e similaridade da comunidade.** In: Acta Bot. Bras. vol.20 no.3 São Paulo July/Sept. 2006

OLIVEIRA, R.R. **O rastro do homem na floresta: sustentabilidade e funcionalidade da mata atlântica sob manejo caiçara.** Rio de Janeiro, Tese de Doutorado. UFRJ/ Progr. Pós Graduação em Geografia, 1999. 150 p.

OLIVEIRA, M. C.T. **O Lugar dos Aventureiros: identidade, dinâmica de ocupação e sistema de trocas no litoral do Rio de Janeiro há 3500 anos antes do presente.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofias e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS . 2003

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888).**Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PASSOS, A. A. dos. **Cartografia e diagramas em vigiar e punir.**In.: people.ufpr.br/~andreadore/leiturasdahistoria/Aruana_Passos.doc. 2007 Acessado em 05/03/2009.

PEDROSO, R. C. **Utopias penitenciárias :Projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil.** In.: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>. 2008. Acesso em 17/06/08.

PEREIRA, I. S. **Jupirão: Ilha Grande presídio**. Editora Rio de Janeiro, 1994.

PMAR. (Prefeitura Municipal de Angra dos Reis). **Projeto de Elaboração da agenda 21 – Ilha Grande**. Angra dos Reis. 2003.39p.

RADOLPH, R. **As potencialidades do turismo na Ilha Grande: uma análise sócio-territorial de diferentes formas de aproveitamento turístico e de suas conseqüências ambientais**. Rio de Janeiro. UFRJ/IPPUR-ORTES, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, G. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

RAMUZ, P. F. **Geografia e turismo: o caso da Ilha Grande, Rio de Janeiro**. Monografia de graduação Departamento de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997. 131p.

RAMUZ, P. F. **Os caminhos do turismo na Ilha Grande**. Rio de Janeiro: UERJ, RJ, Departamento de Geografia, Geo UERJ, nº. 3: 111-120, junho 1998.

ROCHA, I. C. **Impactos Ambientais e o Processo de Turistificação na Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ)**. Monografia de graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. 2006.

SACK, R. **Human Territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALES, G. de L. SILVA, R. M. M. da; PESSOA, Z. de S. **O território como um dos conceitos –chave para o entendimento da relação sociedade/natureza**. Anais do III encontro da ANPPAS. 2006. Brasília- DF.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001. 472 p.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. Editora Oficina de textos, São Paulo:2004, 184p.

SAQUET, M. A. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SEPULVEDA, M. **Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942)**. In.: Revista História, Ciência e Saúde - Manguinhos vol.14 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2007.

SEPULVEDA, M. **Arbítrio e violência nas prisões da Ilha Grande**. In: Deserdados: dimensões das desigualdades sociais. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2007, p. 39-57.

SILVA, A. C. de O. **O controle litológico-estrutural na evolução das bacias de drenagem na Ilha Grande**. Monografia. Departamento de geologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1999

SILVA, J. C. **O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição**. In.: Ribeiro, Miguel Ângelo. Território e prostituição na metrópole carioca. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

SIMON, A. V. S. **Conflitos na conservação da natureza: o caso do parque estadual da Serra da Tiririca**. Monografia de pós-graduação em ciência ambiental na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

SOUSA, A. R. de **Sociedade, gestão e tratamento ao preso- uma pedagogia de despossuição**. In.: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt03/t033.pdf>. 2006. Acessado em: 05/03/2009.

SPOSITO, E. S. **Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.,;

SPOSITO, E. S.. **Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. Editora UNESP: São Paulo, 2004.

SOUZA, M. J. L. de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

TENÓRIO, M.C. **Os fabricantes de machado da Ilha Grande**. In: Tenório, M.C. (org.) Pré-história da Terra Brasilis. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1999.

UFRRJ, Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro. **Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande**. Rio de Janeiro, 1992.

URBAN, T. **Saudades do Matão: relebrando a história da conservação da natureza no Brasil**. Curitiba: UFPR, 1998.

VALLEJO, L. R. **Conflitos territoriais em Parques Estaduais no Rio de Janeiro: uma avaliação à luz das políticas de governo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós graduação da Universidade Federal Fluminense. 2005.

XAVIER, T. F. **Os espaços da natureza: uma contribuição aos estudos de unidades de conservação no Brasil**. Monografia de graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Rio de Janeiro, 2005.